

Bomba climática: o que fazer agora?

» MARCELO COUTINHO

Professor da UFRJ, especialista em mudanças climáticas e indústrias renováveis

A catástrofe no Rio Grande do Sul acendeu definitivamente o alerta na população brasileira quanto aos graves problemas decorrentes das mudanças climáticas. Um estado quase inteiro submerso por muitos dias, após duas outras grandes enchentes nos últimos oito meses. Emissões históricas de carbono e desmatamento recorde do Cerrado no último ano e meio fizeram com que uma bomba climática estourasse sobre a cabeça dos gaúchos. Cenas fortes e muito tristes que devem fazer com que o governo e o Congresso Nacional saiam do seu imobilismo irresponsável. O estado no extremo sul do país é apenas o primeiro a correr sério risco de “desaparecimento”.

Que ninguém se engane, o problema é mesmo muito sério e só está começando a gerar os seus efeitos terríveis. Outros estados logo passarão por situações climáticas ainda mais duras do que as que enfrentaram até aqui. Já estamos muito próximos do ponto sem retorno, isto é, o limite de desfazimento do meio ambiente e do clima depois da qual não é mais possível reverter uma espiral atômica de destruição em cadeia. A irresponsabilidade foi longe demais. Exemplo: mesmo depois de duas cheias entre setembro e novembro de 2023 no Rio Grande, a bancada parlamentar gaúcha liderou na Câmara dos Deputados, em dezembro, a renovação dos subsídios ao carvão até 2040. No mesmo dia, com a colaboração do Governo Federal e da Presidência da Câmara, tiraram os subsídios ao hidrogênio verde, a principal solução hoje para a descarbonização de muitos setores econômicos.

É hora de responsabilizar os irresponsáveis, pois custam vidas. Nenhuma ação verdadeira e consistente contra as catástrofes climáticas pode deixar de fora a transição energética e o fim do desmatamento. Quem defende o etanol, os combustíveis fósseis e a flexibilização das leis de proteção ambiental é culpado por cada corpo de bebê que emerge nas águas do Guaíba. O cinismo das nossas autoridades não passa despercebido. Ninguém cai mais nas encenações de figuras públicas que possam ficar preocupadas um dia, enquanto noutra comemoram aumento da produção de petróleo, gás natural, carvão e etanol. Todas essas energias emitem muito carbono. O etanol é até mais nocivo porque também desmata.

O agronegócio brasileiro é, hoje, o maior emissor de carbono do Brasil, sobretudo pela mudança no uso da terra. O agro precisa entender que não tem os mesmos interesses dentro dele próprio. Os plantadores de soja, arroz e feijão não têm o mesmo interesse que os plantadores de milho e cana de açúcar, voltados para a produção do etanol. A terra deve ser usada para alimentos, e não para gerar energia, porque não tem terra suficiente para tudo e porque as fazendas de biocombustíveis degradam mais o meio ambiente do que resolvem o problema das emissões de carbono. Os pés de cana e milho avançam sobre outras culturas alimentícias e a pecuária, e avançam sobre as matas naturais. Tanta mudança de terra é justamente o vilão das emissões brasileiras. O avanço da fronteira agrícola está por trás dos desmatamentos e das queimadas, que bateram novo recorde entre



janeiro e abril de 2024, depois de baterem recorde no ano passado.

Além de colocar um fim ao aumento da produção do etanol, seja acabando com os subsídios desse setor, seja proibindo novas áreas com esse propósito, é preciso responsabilizar as grandes empresas emissoras de carbono, a começar pelas petrolíferas, de longe as maiores vilãs mundiais do aquecimento do planeta. Uma taxa para catástrofes é uma forma de fazer isso. Outra medida é a definição de um prazo para acabar com a venda de veículos a gasolina e a diesel no Brasil, como acontece em todo o mundo desenvolvido e na China. E finalmente, o Congresso precisa aprovar já o marco legal do hidrogênio verde (H2V) e das eólicas offshore, com todos os incentivos, como o resto do mundo vem fazendo. Chega de hipocrisia, de mentiras e de se esconderem. O Brasil será o maior beneficiado pela transição energética e será o mais prejudicado com a falta dela, incluindo a perda de safras.

Frente aos apagões seriais, o discurso fake de segurança energética promovida pela turma dos fósseis é o maior engodo que já se viu. As térmicas a carvão e gás natural precisam ser substituídas pelo H2V. O aço precisa ser verde, com o H2V. Os veículos pesados precisam ser movidos a H2V, puro ou derivado. Os fertilizantes precisam ser com amônia verde, com H2V. O cimento, o alumínio e assim por diante, tudo precisa ser com hidrogênio verde, que o Brasil pode ter em abundância. Se demorarmos mais, será preciso recuar bastante as cidades das beiras d'água. O que não dá é para ficar com apenas as mitigações, que são paliativas. A boa notícia é que podemos consertar as coisas. Mais de 30% da energia elétrica mundial já provém de fontes renováveis, e ano que vem pode chegar a 40%. A era das renováveis inorgânicas já começou. As fontes de energia limpas já diminuíram o crescimento dos combustíveis fósseis em quase 2/3 nos últimos 10 anos. No caso brasileiro, o problema não é principalmente a energia elétrica, mas o agro e o transporte. É possível mudar quando se quer mudar. Ou será o fim.

A indústria varre para baixo do tapete suas armas do crime

» BRUNO LANGEANI

Mestre em administração e política pública pela Universidade de York e consultor sênior do Instituto Sou da Paz

» CAROLINA RICARDO

Advogada, socióloga e mestra em filosofia do direito pela USP. É diretora-executiva do Instituto Sou da Paz

Em um artigo publicado na semana passada, o executivo do conglomerado que reúne Taurus Armas e Companhia Brasileira de Cartuchos, Salésio Nuhs, defende que o problema das armas do crime no Brasil é estrangeiro. Como tem feito há anos, ele seleciona recortes de apreensões de fontes não públicas. Em um deles, recorre ao dado de que a invasão do Alemão, em 2010, apreendeu 50 fuzis de fabricação internacional, ignora, porém, o fato desse número representar apenas 20% das apreensões deste tipo de arma no Rio de Janeiro. No segundo recorte, utiliza-se de um relatório da Secretaria de Inteligência da Polícia Militar que analisa apenas 492 dos 610 fuzis apreendidos em 2023 no estado fluminense. A maior deficiência desse segundo caso não é apenas a amostra parcial, mas também o fato de classificar fuzis da marca Colt como americanos, mesmo sendo de amplo conhecimento que tais armas têm sido extensamente falsificadas por criminosos a partir de peças industriais não marcadas, as chamadas “ghost guns”.

Olhar para fuzis é de suma importância, pois são mais letais, aumentando o poder das facções em resistir à lei e de submeter a população à violência. Mesmo no Rio, estado com mais fuzis nas mãos do crime no país, essa arma representa apenas 10% do total de apreensões. Dessa forma, é preciso estar ciente de que não é aleatório que representantes da indústria armamentista escolham fazer esse debate a partir de recortes específicos de apreensão que não condizem com um todo.

Como o Instituto Sou da Paz busca diagnósticos precisos que contribuam para a redução da violência armada, preferimos usar dados públicos de apreensões na totalidade. Assim, identificamos que a marca mais apreendida no Rio em 2014 era Taurus, representando 39% das apreensões. Essa pesquisa foi repetida pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) em 2019, e a Taurus continua na liderança com 34%, a estrangeira mais bem colocada tem 9%. Em 2014, o ISP também publicou que 42% das munições apreendidas no estado eram da fabricante nacional CBC, que Salésio também representa. Pesquisas recentes do Sou da Paz em outros estados mostram que Taurus, CBC e Rossi (com revólveres comercializados pela Taurus) dominam as três primeiras posições em apreensões. Em São Paulo, somadas, têm 58% do mercado do crime; em Goiás, 67%.

A preferência do crime por armas nacionais não é necessariamente por suas qualidades, mas, sim, pela disponibilidade e preço. Após esses dados, fica claro por que a indústria opta por esconder suas fabricantes assinando textos apenas em nome da Associação Nacional das Indústrias de Armas e Munições (Aniam) e porque prefere discutir o mercado ilegal com recortes específicos.

Voltemos aos fuzis das facções criminosas. A flexibilização das leis de armas no governo Bolsonaro permitiu que atiradores esportivos tivessem até 30 fuzis. Um exemplo do impacto dessa permissividade é o do Vitor Rebollal, traficante de armas, que comprou 26 fuzis da Taurus para revender ao Comando Vermelho, mas foi interceptado pela polícia. Outro esquema criminoso desvendado pela Polícia Civil de São Paulo prendeu um CAC que comprava fuzis diretamente da Taurus com registros falsos, depois revendia as armas ilegalmente. A empresa apenas se posicionou de forma contrária a tais excessos depois que Bolsonaro perdeu as eleições.

Ao varrer para baixo do tapete os dados que mostram sua presença no crime, a indústria armamentista brasileira visa evitar ser responsabilizada pelas mortes causadas por armas de fogo no país. Assim, influenciou parlamentares a reduzir significativamente os impostos que pagará após a reforma tributária.

Caso esteja realmente interessada em verificar a participação de suas armas no crime, que financie um esforço independente a ser realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para coletar laudos periciais de todas as armas apreendidas durante um mês no país para identificação das marcas e nacionalidades. Se o resultado confirmar a liderança da Taurus e outras empresas nacionais nas armas usadas em crimes, estamos seguros de que a Aniam aceitará um aumento de impostos que atenuar os prejuízos causados por seus produtos na discussão da reforma tributária.

Do tempo do Jeca Tatu à olericultura 4.0

» WARLEY MARCOS NASCIMENTO

Chefe-geral da Embrapa Hortaliças e Presidente da Associação Brasileira de Horticultura (ABH)

Na obra *Urupês* (1918), Monteiro Lobato dá vida ao que seria seu mais famoso personagem: o caboclo Jeca Tatu, descrito como um caipira indolente, desleixado, sempre de cócoras e pés descalços, sem educação, cultura, ambição ou disposição para melhorar de vida. Símbolo de um país agrário, pobre e atrasado, o Jeca Tatu virou sinônimo do caipira ingênuo brasileiro.

Há cinco décadas, importávamos alimentos. A nossa agricultura, concentrada nas regiões Sul e Sudeste, apresentava baixa produção agrícola, com uma crise no abastecimento, que provocava insegurança alimentar. A pobreza rural era uma realidade, e as políticas públicas eram insuficientes para o desenvolvimento agrícola.

Na cadeia produtiva de hortaliças, a situação também era precária. Os pequenos produtores dependiam de sementes importadas, geralmente de países de clima temperado, não havia sistemas de produção estabelecidos para as condições tropicais, as produtividades obtidas eram bastante baixas e a qualidade do produto, na maioria das vezes, deixava a desejar. Tínhamos, inclusive, irregularidades na oferta de produtos durante o ano, com menor variedade de produtos ofertados.

Nas décadas de 1960 e 1970, observou-se, em todo o território nacional, em maior ou menor intensidade, uma completa desorganização estrutural em todas as etapas e processos responsáveis pelo sistema de produção e distribuição de hortaliças no país. Assim, foi criado, pelo Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (Sinac), que tinha o objetivo principal de aumentar a produtividade do sistema de comercialização de produtos agrícolas, por meio de várias

ações, como a adoção de tecnologias modernas de manuseio, processamento e transporte. Em 1977, foi criado o Programa de Apoio à Produção e à Comercialização de Produtos Hortigranjeiros (Prohort), que organizou e modernizou a produção nacional de hortaliças no país.

Nesses 50 anos, o Brasil foi capaz de criar um modelo sustentável e competitivo de agricultura tropical, sem paralelo no mundo, especialmente falando das commodities, como soja, milho, café, algodão etc. Para as hortaliças, a situação foi totalmente diferente (e melhor). Produzimos o ano inteiro, de norte a sul, e nos diferentes sistemas de produção (convencional, orgânico, hidropônico e protegido, incluindo as fazendas verticais — indoor).

Existe, assim, com raras exceções, uma regularidade na oferta dos produtos durante todo o ano. Alcançamos altas produtividades, comparadas com aquelas obtidas em países mais desenvolvidos. Tudo isso, graças ao desempenho da pesquisa, do trabalho da extensão rural, e claro, do empreendedorismo dos nossos produtores, empresas e dos demais atores da cadeia produtiva de hortaliças.

É verdade que ainda temos que avançar na utilização dessas novas tecnologias e incrementar o modelo de produção, principalmente nos pequenos agricultores e na agricultura familiar. Há ainda um grande contraste em determinadas regiões e cadeias produtivas de hortaliças quanto à inovação nas propriedades e, claro, na utilização de algumas tecnologias mais modernas.

As hortaliças são mais lucrativas que outras culturas, como as de grãos, por exemplo, com uma realidade bem mais complexa, e o sucesso dos negócios com essa cadeia produtiva

depende de vários fatores. Sabe-se que as hortaliças são culturas temporárias e, assim, necessitam de um maior investimento inicial, sendo que, nos últimos anos, tem-se verificado um aumento expressivo dos custos de produção em várias cadeias produtivas de hortaliças. Preço de insumos, principalmente adubos, alto custo da mão de obra e, por fim, aumento do combustível observado nos últimos meses, tudo isso afetando o preço do produto final.

O Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária encerrou 2023 com faturamento de R\$ 1,25 trilhão, valor 2,6% menor do que no ano anterior. O VBP é o faturamento bruto dentro dos estabelecimentos rurais, considerando as produções agrícolas e pecuárias, com a média de preços recebidos pelos produtores de todo o país, segundo estimativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Em relação às hortaliças, o estudo do VBP mencionou apenas três — importantes — cadeias produtivas: batata (R\$ 14,8 bilhões), tomate (R\$ 13,0 bilhões) e cebola (R\$ 2,9 bilhões). Considerando apenas estas três cadeias de hortaliças, o VBP atingiu a soma de R\$ 30,7 bilhões, valor superior ao das cadeias do arroz, feijão e tantas outras.

Finalmente, a cadeia produtiva de hortaliças tem uma enorme importância para a economia brasileira, além da geração de empregos, da manutenção do homem (e da mulher) no campo, e claro, do fornecimento de alimentos de alto valor nutricional (vitaminas, sais minerais, fibras e antioxidantes) para a nossa população. Várias décadas se passaram, e com o acesso a novas tecnologias, a olericultura brasileira saiu de uma situação “Jeca Tatu” para uma olericultura 4.0.